

A ADMINISTRAÇÃO, AS NEGOCIAÇÕES E DESIGUALDADES CONSTITUÍDAS NO LAR: reflexões sobre uma cultura da domesticidade no Brasil

Thays Monticelli*

Resumo

Esse ensaio propõe analisar, através das teorias de gênero e feministas, a percepção de uma ‘cultura da domesticidade’ nas residências brasileiras, partindo das lógicas, práticas e narrativas estabelecidas entre empregadoras de trabalhadoras domésticas remuneradas. A cultura da domesticidade é embasada tanto nas representações da organização e limpeza das casas, quanto nos pressupostos de cuidado, intimidade e poder. Através da pesquisa de campo realizada em Curitiba-PR, em 2015, foi percebida uma constante nas formas das patroas se relacionarem com suas casas, família e com o exercício do poder, reproduzindo aspectos desiguais da divisão sexual do trabalho e de classe estritamente vinculadas às desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Patroas; empregadoras; trabalho doméstico; trabalho doméstico remunerado; cuidado.

Abstract

This essay proposes to analyze, through gender and feminist theories, the perception of a ‘culture of domesticity’ in the Brazilian residences. This perception is analyzed from logics, practices and narratives established among domestic workers’ employers. The culture of domesticity is based both on the representations of the households’ organization and cleanliness, and on the assumptions about care, intimacy and power. From the starting point of a field research conducted in Curitiba-PR in 2015, the article shows a constant in the ways in which the employers relate to their homes, family and the exercise of power, reproducing unequal aspects of the sexual division of labor and class strictly linked to gender inequalities.

Keywords: *Patroas*, employers; housework; paid domestic work; domestic work, care.

* Doutora e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é pesquisadora pela *Università Ca’Foscari Venezia*, na pesquisa intitulada “*DomEQUAL: a global approach to paid domestic work and social inequalities*”

Introdução

Nos últimos anos, principalmente entre o início dos anos 2000 até 2014, podemos observar reconfigurações nas estruturas que cercam o trabalho doméstico remunerado¹ no Brasil, caracterizado estatisticamente pelo aumento da escolaridade e do envelhecimento da categoria, do aumento substantivo do número de diaristas nos centros urbanos brasileiros e uma constante diminuição de trabalhadoras que moram junto com os seus empregadores (CRANO; COVRE-SUSSAI, 2017). Além disso, ainda percebe-se novas posições do Estado através da ampliação de direitos trabalhistas com a “PEC das Domésticas” e de um insistente debate sobre o tema em diversos meios de comunicação, criando espaços para críticas e reflexões sobre a maneira como este trabalho é exercido no país (FRAGA, 2016). A despeito dessas reconfigurações, diálogos e posições estatais, os dados ligados aos pressupostos de reconhecimento de direitos ainda nos apresentam um quadro complexo de análise, pois o país atualmente conta com mais de 6 milhões de mulheres inseridas no trabalho doméstico remunerado em condições trabalhistas precárias, onde 70% destas não têm seus direitos garantidos e 40,5% ganham menos de um salário mínimo (PNAD, 2012).

Perante esse paradoxo estabelecido por movimentos políticos, econômicos e sociais que traziam novas possibilidades ao trabalho doméstico remunerado, vivenciadas conjuntamente com um aspecto muito conservador em termos salariais e de contratos legais firmados, busquei compreender por quais razões existiria uma resistência para assimilar nas práticas cotidianas domésticas os direitos trabalhistas plenos. Como ponto norteador da pesquisa, eu segui a ideia de uma ‘cultura da domesticidade’ que pautaria tanto as práticas cotidianas dos lares, os pressupostos de intimidade e cuidados, quanto a própria compreensão de direitos trabalhistas. Essa cultura da domesticidade é intrinsecamente formada nas relações de poder

familiares, na divisão sexual e racial do trabalho e constitui subjetividades e posicionalidades da empregadora e da trabalhadora, construídas nas interações da vida cotidiana e carregando em si as falsas dicotomias instituídas entre público e privado. Essa cultura que permeia as relações com o doméstico estaria diretamente conectada com as percepções e reconhecimento legislativo, pautando as negociações entre patroas e trabalhadoras em uma complexa rede meritocrática, da qual interpõem-se afetos, doações, lealdade e dependências.

Essa concepção da cultura da domesticidade é extraída das análises e reflexões da pesquisa realizada entre os anos 2013-2017, que focou explicitamente no ponto de vista e nas lógicas da classe empregadora de trabalhadoras domésticas remuneradas. Foram realizadas entrevistas com empregadoras na cidade de Curitiba-PR, que se caracterizavam predominante por um quadro de mulheres brancas, que trabalham no mercado formal de trabalho, ganhando em média R\$6.698,00, casadas, com filhos, naturais da capital paranaense, entre 30-70 anos, com Ensino Superior completo e moradoras de bairros com maiores rendimentos econômicos da cidade (de acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba-PR). Além dessas características, todas elas tinham em comum o fato de contratarem uma trabalhadora doméstica remunerada mensalmente. Para além disso, ainda foram utilizados como material de campo manuais domésticos, livros literários, ficção, documentários, filmes, novelas, reportagens de jornais e revistas, pesquisas, etc. para maior contextualização histórica dos discursos e da própria compreensão da cultura da domesticidade.

Esse ensaio tem por objetivo então apresentar as análises e reflexões da cultura da domesticidade, nos seus pressupostos ligados às representações, símbolos e compreensões do que é considerado a casa ideal para as empregadoras de trabalhadoras domésticas remuneradas, assim como suas práticas cotidianas domésticas. Busco portanto visualizar como essas práticas, lógicas, pensamentos e discursos constroem subjetividades e expectativas, embasando as negociações cotidianas e contratuais entre patroas e trabalhadoras e como se conectam com os pressupostos de reconhecimento dos direitos trabalhistas.

¹ O termo “trabalho doméstico” é usado na compreensão da divisão sexual do trabalho, em que todas as tarefas e demandas da casa são consideradas um trabalho. Dessa forma o “trabalho doméstico remunerado” é aquele realizado por uma pessoa fora da rede parental, sob um contrato trabalhista ou uma remuneração. (ÁVILA, 2009).

Cultura da domesticidade: como pensar?

A elaboração da ideia de uma cultura da domesticidade advém do desafio de tentar compreender como as exigências, desejos e expectativas de empregadoras de trabalhadoras domésticas remuneradas se conectavam com a falta de reconhecibilidade dos direitos trabalhistas. Uma conexão percebida no trabalho de campo e nas análises de diversas obras relacionadas ao tema, ao ser estabelecido, pelas patroas, um parâmetro de desproporcionalidade dos direitos garantidos para essa categoria profissional com os serviços prestados pelas mesmas. Nesse sentido, busquei compreender por quais padrões as trabalhadoras domésticas remuneradas precisavam responder para serem consideradas “boas” e “merecedoras” dos direitos trabalhistas.

A cultura da domesticidade é explicitada então nas representações, símbolos e posicionalidades que constroem as noções do que seja uma casa bem limpa e organizada, uma comida bem feita, uma mesa bem servida, banheiro impecavelmente limpo e desinfetado, uma roupa perfeitamente lavada e passada, quintal sem sujeiras, tirar o pó de absolutamente todos os móveis e cantinhos, quartos discretamente cheirosos e organizados, além de posicionar os sujeitos em determinados e hierarquizados espaços da casa e exigir comportamentos, práticas e posturas morais e controle dos corpos. Esses aspectos possivelmente podem ser percebidos em casas em que não haja uma contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada, ou em casas que não são classificadas como de classe média, moldando comportamentos e práticas de quem necessita realizar as tarefas domésticas. No entanto, a cultura da domesticidade aqui toma a especificidade de ser compreendida na relação de poder entre empregadoras e trabalhadoras domésticas remuneradas. Para isso, partimos de considerações e percepções históricas que podem sustentar as bases teórico analíticas da cultura da domesticidade, pensando um processo de construção cultural e social da vida privada.

Percepções históricas sobre a cultura da domesticidade

Alguns aspectos da configuração da cultura da domesticidade podem ser percebidos através de reflexões e análises sobre o período escravocrata que o país viveu, por mais de três séculos, e que teve uma exploração do âmbito doméstico pautada na força de trabalho escrava, assumindo pressupostos servis, violências e racismo. Como bem demonstra Lorena Telles (2011), as heranças da escravidão são notórias no trabalho doméstico remunerado, principalmente quando analisadas em um contexto pós-abolição, em que a economia era pouco diversificada. De acordo com a autora, mulheres, imigrantes e principalmente negras e ex-escravas se ocupavam desse trabalho, que rapidamente se estruturou pelos baixos salários, sendo percebido como desqualificado e pouco reconhecido. A liberdade dessas mulheres ainda era negociada de acordo com as vontades e desejos de barões e da classe média (comerciantes, fazendeiros, donos de hotéis, coronéis, funcionários públicos, profissionais liberais, viúvas e remediadas), além de serem controladas pelas exigências das Posturas Municipais sobre “Criados e Amas de Leite” de 1886. Telles (2011), ao reconstituir o cotidiano nas cozinhas, lavagem e engomado das roupas, limpeza e amamentação, mostra as tensões dessa relação no âmbito doméstico, nas ruas e várzeas. Esse ponto, inclusive, é um dos mais importantes para compreendermos a cultura da domesticidade.

Nos anos de República no país, pós-abolição, o projeto de modernização e urbanização passava, necessariamente, por um processo de saneamento básico, limpeza das vias públicas e reforma dos portos². Nesse momento, a população mais pobre foi alvo de violências estatais por meio de demolições de casarões, cortiços, uma fiscalização apurada dos meios de lavagens de roupas, além da imposição coerciva das vacinas (SEVCENKO, 2006). A rua era compreendida como suja, que trazia e transmitia doenças, as aglomerações e as formações das primeiras “multidões” traziam novas configurações para a realidade das cidades e o controle em relação à

²O projeto urbanista no Rio de Janeiro era chefiado por Lauro Muller, Oswaldo Cruz e Pereira Passos, que receberam poderes ilimitados para realizar as mudanças consideradas necessárias.

população negra, livre, sem trabalho e vista como portadora da instabilidade sanitária passa ser uma prioridade das políticas públicas. A população negra era percebida como incapaz de se organizar, trabalhar e ter uma vida produtiva sem a supervisão de brancos (SCHWARCZ, 1993a). E a homogeneização que tomava conta dos discursos, que negava a diversidade, foi uma intenção política clara do período (WISSENBACH, 2006). O processo de segregação era pautado pelas políticas públicas, não somente destruindo cortiços, casarões e intensificando o processo de formação das primeiras favelas, como também através da “limpeza” social dos bairros mais abastados (MARINS, 2006).

O que muitas vezes perde-se na compreensão desse momento é pensar que a casa, ou seja o doméstico, fazia uma contraposição à rua. O que na verdade se mostra, é que a lógica da rua e das políticas públicas instauradas no período republicano se institui igualmente nos lares das famílias brasileiras que pertenciam às elites, fazendo que as noções de limpeza, organização espacial doméstica e intimidade fossem construídas também pelos parâmetros sanitaristas e segregacionistas. Se a arquitetura e organização espacial doméstica passa por essa regulamentação, as práticas internas de como limpar, lavar, arrumar e se posicionar na casa também são alvos desse modelo instaurado.

Exigia-se então, das trabalhadoras domésticas remuneradas, um esforço altíssimo para que cumprissem com essas determinações do que era considerado limpo, além da constante vigilância de seus corpos, caracterizando cheiros, dentes, unhas, cabelo nesse quadro e posicionando-as nos espaços segregados da casa, para não transmitir as sujeiras, doenças e demais “asquerosidades” que poderiam ser contagiosas (TELLES, 2011). Ainda nesse espaço, é importante lembrar o que nos aponta Lilia Schwarcz (2012):

(...) numa sociedade marcada historicamente pela desigualdade e separada pela distância de padrões confortáveis à consolidação da democracia, sobretudo no nível do mundo, da vida e da sociedade civil, a cor se estabelece no cotidiano e o racismo se afirma basicamente de forma privada. (SCHWARCZ, 2012b, p. 66).

Assim, os espaços foram construídos e suas instabilidades também, para preservar o foco privilegiado, disciplinado e regulado das elites brasileiras (MARINS, 2006). Em alguns casos, essa regulamentação estendia-se aos utensílios domésticos e móveis que poderiam ser usados, principalmente nas casas das periferias. Paulo César Marins (2006) nos mostra que juntamente com a construção de casas, estipulava-se a compra do que deveria ser usado dentro das residências por essas famílias, em uma clara demonstração das determinações públicas sobre a vida privada e a institucionalização de que as camadas mais pobres da população brasileira precisavam da tutela estatal nos mais detalhados aspectos da vida, controlando-as, estereotipando-as e mantendo suas posições subalternas.

Nesse sentido, forma-se uma regulamentação sobre a vida privada e a maneira como ela deve ser organizada e limpa de acordo com os pressupostos de higiene pautados nas políticas republicanas. Se por um lado essa reforma sanitária era uma emergência enquanto estrutura urbana e uma questão de saúde pública, ela foi igualmente usada como um mecanismo de controle social, regulamentação de corpos, mantendo posições hierárquicas de poder e estabelecendo desigualdades. E uma das formas mais eficientes de gerir esse controle foi por meio das práticas cotidianas domésticas. É importante lembrar que ainda nessa formação cultural doméstica, soma-se uma postura culinária muito embasada na força de trabalho escrava, pratos que levavam horas para serem preparados, doces e compotas que precisavam de constante supervisão e minúcias gastronômicas que só eram possíveis porque haviam mulheres trabalhando durante todo o dia na cozinha (FREYRE, 1936). É claro que com as políticas republicanas a relação com a comida também passa a se complexificar, exigindo ainda mais vigilância e regulamentação por parte da dona de casa. Inclusive, a própria figura da mulher, mãe, esposa e dona-de-casa passa a ser uma ferramenta desse contexto político.

Como mostra Sônia Roncador (2008), por meio da análise da literatura de Julia Lopes de Almeida, os primeiros anos do período republicano intensificaram o papel da dona de casa, enobrecendo a maternidade como uma forma de “cuidar do futuro da nação”, sendo

essa mulher a guardiã da organização impecável da casa, mantendo-a limpa e longe da sujeira trazida das ruas. Houve então um incentivo acentuado de uma promoção e de um protagonismo das mulheres enquanto donas de casa, guardiãs do lar burguês, sendo utilizadas como um dos mecanismos higienistas e sanitaristas. A mulher foi “promovida” à mãe e auxiliar médica, tomando outras posições de poder tanto dentro da própria estrutura familiar, como socialmente ao sair do enclausuramento colonial e podendo se expor em outros espaços (RONCADOR, 2008).

É importante notar que é nesse momento que o trabalho doméstico passa a ser remunerado no país, pois antes as residências eram servidas pela força de trabalho escrava. As donas de casa então precisam lidar com as agitadas mudanças urbanas, e com a criada que já não morava mais na mesma casa, “livre nas ruas” e ainda “gratificada”, trazendo todas as contaminações possíveis e necessitando da sua mais alta vigilância, para acabar com as “incompetências”, “desobediências” e “preguiça” da criadagem (RONCADOR, 2008).

De acordo com Sandra Laudelarde Graham (1992), as criadas “porta-adentro” eram preferidas nesse período, justamente pela facilidade do controle constante. Essa preferência era embasada por motivos higienistas, mas também pelos cuidados e dedicações que essas mulheres ofereciam para a família, sentindo-se muitas vezes pertencentes a ela. Os relacionamentos afetivos e de cuidados que essas criadas estabeleciam com a família, principalmente com as crianças da casa, não faziam parte apenas de uma narrativa romantizada sobre o período escravocrata e pós-abolição. Essas relações eram de fato formadas, e muitas vezes eram as bases para que proteções e benefícios fossem constituídos. No entanto, o tratamento hierárquico e as constantes vigilâncias também eram intensificados para as criadas que estavam permanentemente nas casas das famílias que as contratavam – relações de afetividades, cuidados, amor e carinhos constantemente observados e, de certa forma, gratificados (GRAHAM, 1992). Ao descrever as noções de proteção e obediência, Graham (1992) demonstra também que as proteções sociais estavam estritamente ligadas ao reconhecimento trabalhista de

seus padrões: a criada ganha alimentação, abrigo, roupa, remédio, algumas vezes até a alforria em troca de sua obediência e dedicação aos serviços domésticos e à família. Essas relações não se restringiam apenas aos sujeitos diretamente envolvidos, pois muitas vezes, as noções de obediência eram passadas para seus filhos que também se mantinham em um laço de dependência com essa família.

De acordo com Bernadino-Costa (2000), a lógica entre proteção e obediência acabou por marcar uma estrutura político-cultural da sociedade brasileira, caracterizada pela desigualdade social e dependência, onde esses arranjos ainda fazem certo sentido (BERNADINO COSTA, 2000). Não podemos deixar de apontar que o período de escravidão no Brasil moldou políticas, estruturas econômicas e a organização doméstica, trazendo outros aspectos para os processos de socialização e para as noções de privacidade (SEVCENKO, 2006).

A privacidade e a intimidade foram moldadas por estruturas políticas e econômicas, enquanto as classes populares formavam sua noção de privacidade muito mais ligada à sobrevivência do que à domesticidade, ampliando as redes sociais, as socializações e celebrações religiosas e culturais, “noção que muitas vezes levava a ser recomposto no espaço público o que havia sido desarticulado com o domínio escravista, reequacionando o que era tradicionalmente colocado nos limites de quatro paredes” (WISSENBACH, 2006, p.130). No outro lado, as classes mais abastadas e a elite tinham suas privacidades e intimidades incentivadas, desde que estivessem de acordo com as políticas da esfera pública. Assim, enquanto a privacidade e intimidade para os grupos populares se fazia nas ruas, a das elites era formada através das estruturas estipuladas pelas políticas destinadas à esfera pública (WISSENBACH, 2006). A dicotomia entre público e privado então só aparece como uma criação imaginária social para separar e segregar grupos, especialmente mulheres pertencentes à elite, dos domínios fora das residências.

Assim, compreendo que a cultura da domesticidade partilhada na sociedade brasileira se reporta, por vezes, a pressupostos similares aos desenvolvidos no período

pós-abolição, mas de formas reconfiguradas e/ou reiteradas de acordo com as mudanças e transformações urbanas, políticas, culturais que ao longo dos anos vem nos mostrando diversos aspectos em relação ao trabalho doméstico remunerado. É importante dizer aqui que não estamos fazendo uma ligação direta, mas apenas apontando aspectos culturais construídos historicamente e que podem ser elencados como pontos de reflexão. De tal modo, a falsa dicotomia entre público e privado, as estratégias de vigilância e as exigências e controles da limpeza, organização e cuidados são características fortemente conectadas com as percepções subjetivas das patroas sobre suas casas e conseqüentemente sobre o trabalho doméstico remunerado. Elementos estes que são reconfigurados nas interações domésticas contemporâneas.

Configurações e reconfigurações da cultura da domesticidade

O discurso patronal, de acordo com a linha empírica levantada nesse ensaio, é construído através de representações e símbolos conservadores sobre a organização e limpeza, posicionalidades da trabalhadora, assim como algumas percepções sobre a sua imagem, corpo e posturas. Representações que também se vinculam às intimidades, afetos e cuidados e que estão diretamente conectadas com as negociações que envolvem os direitos trabalhistas. Esses discursos aparecem reiterados e reconfigurados nessas novas dinâmicas que se apresentam em um mundo “moderno”, onde as mulheres ocupam cada vez mais o mercado formal de trabalho, inseridas em um contexto onde o mercado alimentício é mais prático e rápido e no qual as estruturas da tradicional família nuclear são questionadas por diversos meios.

Para pensar então como esses discursos são mantidos e reconfigurados nessas “novas” relações empregatícias, me inspiro na obra de Suely Kofes (2001) “Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na Relação entre Patroas e Empregadas Domésticas”, onde a autora traz a compreensão do doméstico, por meio de uma teorização estruturalista, como algo que define a categoria mulher através dos atributos de

feminilidade e dos papéis e funções relacionados à família. A mulher, nesse espaço assume posições de:

(...) mãe em relação aos filhos, esposa em relação ao marido e dona-de-casa (atividades de funcionamento da unidade doméstica como residência e sua representação em várias instâncias sociais). Doméstico que pressupõe idealmente, que estas posições, papéis e funções combinados (considerando-se um padrão monogâmico), sejam atribuídos a uma mulher a cada geração (KOFES, 2001, p.42).

Assim, Kofes (2001) percebe que a interação entre patroas e empregadas é permeada por essa constituição do sujeito e da identidade mulher formada pelo doméstico, intensificando as práticas de diferenciações para que a trabalhadora doméstica remunerada não assuma a identidade da patroa nesse espaço estruturado e dominado pela dona da casa, tornando complexas as relações de trabalho e, conseqüentemente, os aspectos de reconhecimento dos sujeitos.

Assim, além do doméstico ser um espaço de poder, no qual as mulheres assumem posições e constroem suas subjetividades enquanto esposas, mães e donas de casa, é também o lugar onde elas precisam nutrir o seu papel de gerenciadoras do lar – isso inclui como saber “mandar” na trabalhadora doméstica remunerada. O gerenciamento do lar é pautado por noções e compreensões de limpeza, culinária e organização bem específicas, que são ao mesmo tempo compartilhadas socialmente e instituídas por idealizações biomédicas de higiene: percepções individuais, de cada patroa, de como deve ser e estar a sua casa e sua intimidade. Essa cultura da domesticidade molda o que é exigido de uma trabalhadora doméstica remunerada.

Nesse sentido, compreendo que as exigências sobre os parâmetros do que seja uma boa limpeza, boa organização, comida bem preparada e por fim uma “boa” trabalhadora doméstica remunerada são mecanismos de acesso ao poder, e que essas exigências - muitas vezes chamadas de “cricris” – são parte de uma construção subjetiva das patroas em relação ao seu exercício de poder e a administração de suas necessidades, pautando elementos entendidos por elas como meritocráticos em relação aos direitos trabalhistas. Isso significa dizer que são por meio dessas exigências que transparece uma ideia de desproporcionalidade entre o que elas precisam pagar enquanto empregadoras, do que lhes é ofertado em

termos de qualidade de serviço – não reconhecendo de fato as bases legais que protegem essas trabalhadoras.

Raka Ray e Seemin Qayum (2009), pensam o trabalho doméstico remunerado na Índia através das concepções sobre domesticidade, classe e modernidade. Ao trazerem a percepção de que a servidão era normalizada a tal ponto que era virtualmente impossível imaginar a vida sem ela, as autoras desenvolvem o conceito de cultura da servidão³, que se define como aquela em que as relações sociais de dominação/subordinação, dependência e desigualdade são normalizadas e permanecem tanto na esfera doméstica quanto na pública. A cultura da servidão também estrutura os sentimentos associados com instituições e relações da servidão doméstica, produzidas pela confluência das condições materiais históricas e da organização social predominante, geradas em uma dialética da dependência e do poder. Nela, a desigualdade aparece como fundamental e a subjetividade é formada e informada pelo outro nas interações cotidianas.

De acordo ainda com Ray e Qayum (2009), havia na Índia discursos contraditórios sobre práticas “feudalistas” e “modernas”, como se a contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada não fizesse parte de um mundo contemporâneo moderno, pós feminista e democrático. O que as autoras nos dizem é que essas contratações são parte constituinte de um capitalismo desenvolvimentista, compreendendo então que as práticas servis estavam inseridas nas lógicas “atualizadas” do trabalho doméstico remunerado, por meio de uma visão não linear da história.

É por meio dessa concepção que as autoras compreendem como muitos mecanismos da cultura da servidão se mantinham nos discursos dos empregadores indianos. Mesmo que gerações mais

velhas de empregadores usassem uma retórica do amor para descrever essas relações empregatícias, utilizando-se da máxima “faz parte da família” e que entre os empregadores mais jovens havia um desejo de contratos mais formais e relações mais distanciadas em termos afetivos, a cultura da servidão preserva confrontos diários entre as reciprocidades e o sentimento de justiça, gerando laços desiguais de dependência (RAY; QAYUM, 2009).

Dessa mesma forma, penso também que existe uma base servil na cultura da domesticidade brasileira, que reitera e reconfigura, na interação cotidiana, representações, símbolos e posicionalidades entre patroas e trabalhadoras. E mais que isso, dita como deve ser estabelecida minuciosamente a limpeza, a organização, o que é considerado uma mesa bem servida, como a comida deve ser preparada, como é um banheiro bem lavado, gavetas perfeitamente organizadas, pó e poeiras retiradas de todos os cantinhos e móveis (mesmo aqueles não utilizados), cama bem posta, roupa lavada e impecavelmente passada, os cuidados e afetos com as crianças e com os membros da família, a necessidade de conhecer os horários e a funcionalidade cotidiana de cada um. São nas minúcias que essa base servil se apresenta, não rompendo com as desigualdades que se instauram nessas relações e produzindo, como diz Ray e Qayum (2009), falta de reciprocidades, sentimentos como raiva e decepção, laços de dependências nas interações entre patroas e trabalhadoras.

Considerando então essa base histórica e teórica, sigo analisando como essa cultura da domesticidade se coloca no campo de pesquisa investigado.

Os limites que precisam ser impostos e a cultura da domesticidade

No dia 25 de Março de 2015 aconteceu na cidade do Rio de Janeiro um curso de Atualização para Secretárias do Lar. A organizadora do evento, Lisa Mackey, envolveu-se em uma polêmica midiática ao dar uma entrevista para Cleo Guimarães – colunista do *Jornal O Globo* – ao responder algumas questões sobre os objetivos propostos pelo curso, dizendo:

³ As autoras justificam o uso da palavra cultura ao se referir às interconexões da consciência, prática que necessariamente engloba as dimensões de poder. Já o conceito de servidão se baseia nas formas de persistência, dependência e submissão nas relações do trabalho doméstico remunerado. Elas entendem as relações de servidão domésticas como uma instituição e não como uma categoria ocupacional. Assim, elas trazem que as relações sociais legitimadas ideologicamente como dominação, dependência e desigualdade não são somente toleradas, mas aceitas, além de reproduzidas nas práticas e na interação social da vida cotidiana.

(...) as empregadas perderam a noção do limite. Teve uma que pedi para chegar 7h30 e botar a mesa do café. Ela disse para mim: eu não! Imagina se eu vou botar mesa de café para madame! Essa falta de limite foi muito lembrada também na pesquisa que fiz. (GUIMARÃES, 2015, s.p).

Lisa Mackey entrevistou 150 patroas entre 35 e 45 anos para mapear as principais demandas que envolviam “falhas” das trabalhadoras domésticas remuneradas. Entre essas falhas ela listava, por exemplo, “empregada que pendura pano de prato no ombro, que fala muito no celular e depois diz que não deu tempo de passar a roupa, que se recusa a usar touca e uniforme ou que ficam falando das tragédias dos lugares onde moram” (GUIMARÃES, 2015, s.p.). O curso de Atualização para Secretárias do Lar tinha o custo de R\$550,00, duração de seis horas e apresentava como principais temas abordados: horário, vestimenta, cuidados pessoais, cuidados com utensílios, higiene na cozinha e no banheiro, uso de produtos de limpeza, limpeza em geral (cantos, estantes altas e detalhes), uso de telefone, música e demais comportamentos enquanto trabalha, organização de geladeira, de armários de cozinha e despensa, dicas para variar o cardápio. Essa qualificação profissional era necessária, de acordo com Lisa Mackey, porque havia uma incompatibilidade entre o comportamento de trabalhadoras domésticas remuneradas dentro de seu ambiente de trabalho com as ordens, desejos e expectativas de suas empregadoras.

A polêmica nas redes sociais foi gerada, especialmente, porque o conteúdo desenvolvido no curso e as declarações da organizadora denotavam perspectivas muito conservadoras, mostrando-se deslocada em um contexto de mudanças no trabalho doméstico remunerado. Nessa mesma lógica, o discurso relacionado a um suposto profissionalismo ensinado no curso reflete a cultura da domesticidade.

As percepções de Lisa Mackey sobre organização, limpeza, culinária e as posicionalidades das trabalhadoras em relação a vestuário, comportamentos, práticas e os espaços por onde estas podem transitar, exigem comportamentos específicos que se conectam com as posições e o exercício do poder. A “atualização” prometida pelo curso de Lisa Mackey não tinha como objetivo modernizar ou renovar a

relação entre trabalhadoras domésticas remuneradas e suas patroas, ou muito menos promover uma inclusão de novas tecnologias e novas práticas de trabalho, muito pelo contrário, a idealização do curso era justamente lembrar a trabalhadora doméstica remunerada de como organizar uma despensa, limpar os cantos dos armários mais altos, manter uma geladeira limpa e chegar na hora para servir o café da manhã antes de seus patrões levantarem, remetendo a uma narrativa nostálgica⁴ das formas de trabalho e mostrando claramente como algumas práticas, lógicas e discursos fazem-se presentes na realidade cotidiana doméstica das empregadoras e compõem um imaginário sobre o profissionalismo e a eficiência em relação ao comportamento e aos serviços prestados pelas trabalhadoras domésticas remuneradas.

Pode-se perceber que as práticas de diferenciações e as segregações instituídas no cotidiano doméstico tornam-se mais veladas, sutis, reconfigurando esses aspectos e trazendo à tona outras características da cultura da domesticidade. Não podemos deixar de notar, que todas as críticas fomentadas nos últimos anos em relação ao trabalho doméstico remunerado no país também moldaram comportamentos, negociações e a compreensão do doméstico pelos empregadores e empregadoras, mas isso não significa que as características fundamentais da cultura da domesticidade tenham desaparecido. Elas se apresentam de outros modos, talvez menos explícitos e agressivos sobre as separações, posições e formação de uma imaginário doméstico⁵.

Nas entrevistas realizadas com as empregadoras em Curitiba-PR, no ano de 2015, percebemos que as resistências sobre todas essas mudanças ainda são fortes, assim como as enumeradas necessidades de ordem cotidiana doméstica que moldam a contratação do trabalho doméstico remunerado por suas lógicas e

⁴ É importante lembrarmos que a nostalgia é um dos sentimentos, compartilhados socialmente, que nos mostram mais as concepções do presente do que necessariamente do passado. Ao sentir falta de alguma estrutura social antiga, estamos apresentando uma insatisfação do presente. Ver Freeman (2015).

⁵ No entanto, percebe-se uma variação nesse quadro frente à crise econômica, política e social que o país vive, em que formas mais aparentes de diferenciações e segregações podem reaparecer. Nesse caso, novas pesquisas sobre o atual momento são imprescindíveis.

vontades, não se enquadrando nos pressupostos e determinações das leis trabalhistas. As desigualdades de gênero dentro das famílias das patroas entrevistadas eram atravessadas por negociações que envolvem dinheiro e afetos, posicionando os sujeitos em determinados e tradicionais papéis, lugares e espaços aprisionados pela vida cotidiana, reproduzindo essas desigualdades de gênero e sustentando desigualdades étnico-raciais e de classe.

É importante dizer que além de construir comportamentos, práticas e noções sobre a organização, limpeza e culinária de uma casa, a cultura da domesticidade constitui subjetividades ligadas ao familiar, que simbolicamente passam a representar o mais íntimo dos sujeitos (FESKI, 2000). Isso significa dizer que, dicotomicamente, a esfera privada preserva os afetos, as intimidades, os segredos, o domiciliar essencializado, construindo subjetividades e compreensões de si embasadas por esse contexto.

As patroas da pesquisa compartilhavam de uma ideia sobre suas posições enquanto esposas, mães, donas de casa e profissionais que demonstraram poucas variações em relação aos modelos já tradicionalmente estabelecidos sobre o casamento, maternidade e os 'papéis de mulher'. Elas se colocavam como as principais responsáveis pela manutenção do lar, pela organização da vida de cada membro da família e como detentoras dos cuidados, atenções e amor por todos eles. No entanto, sentiam-se aprisionadas por esse espaço, por essas posições e pelas tarefas domésticas.

Claudia de Lima Costa (2002), nos remete à ideia dos interstícios, ou os espaços chamados *in-between*, onde as subjetividades são construídas por essas ambiguidades posicionais. As experiências múltiplas e conflitantes do sujeito patroa simbolizam um processo reflexivo entre as representações essencializadas da casa e do lar conectadas com os cuidados e amores ditos como femininos, ao mesmo tempo que escolhem uma vida moderna em termos estéticos e profissionais vinculados aos pressupostos dicotômicos do esfera pública. Nesse complexo jogo reflexivo as patroas, ao sentirem as pressões advindas das imposições e necessidades da manutenção da casa, não introduzem

novas formas de pensar a relação doméstica e compartilhar as responsabilidades com a sua família, elas repassam todas as desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho para a trabalhadora doméstica remunerada, como já extensamente analisado por Maria Bethânia Ávila (2009). Mas, ao repassar essas responsabilidades elas enumeram diversas ordens, estabelecem normas, organizam e querem que a trabalhadora contratada faça tudo impecavelmente, da maneira como elas, subjetivamente, já imaginaram o trabalho realizado.

Assim, ao repassar as responsabilidades domésticas para outra pessoa, essas mulheres passam a se ver e a se posicionar em relação ao seu exercício de poder, instrumentalizando as subjetividades construídas nos pressupostos de intimidade e de familiaridade. Suely Kofes (2001), comenta que os mecanismos de diferenciações, que ocorrem constantemente nas interações entre patroas e trabalhadoras, são formas de elucidar as posições, não tornando-as borradas ou híbridas, já que a trabalhadora assume as posições que seriam destinadas às patroas naquela casa. Para além disso, esse ensaio traz a ideia que os pressupostos da cultura da domesticidade estabelecem as interações entre patroas e trabalhadoras domésticas remuneradas, embasando não somente a organização e limpeza da casa, a maneira de agir e falar uma com a outra, constituindo parâmetros entendidos como meritocráticos, moldando as exigências e ordens, mas também construindo interações que vinculam os cuidados ao poder, e a própria construção de si mesmas frente às contradições narradas: tem seus papéis enquanto mulheres, mas se sentem aprisionadas neles.

As entrevistadas, em sua maior parte, se percebiam enquanto mulheres modernas (no sentido de uma vida urbana contemporânea), que tinham um trabalho no mercado formal, responsabilidades domésticas e com a educação dos filhos, mantinham uma programação de viagens e férias com toda a família e tentavam se manter informadas sobre o que acontecia no mundo. Mulheres que se opunham à ideia de ter uma vida sem movimento, sem liberdade e que exigiam que o seu tempo fosse de fato produtivo – a compreensão do sujeito moderno em relação ao tempo e a vida cotidiana, como já analisado por Rita Feski (2000).

Nesse sentido, nada mais antigo, antiquado, escravocrata do que tratar uma trabalhadora doméstica remunerada mal, com pressupostos racistas e discriminatórios. De acordo com o campo da pesquisa realizada, a patroa de hoje é 'humana', não faz distinções, garante todos os direitos trabalhistas para a empregada e está ciente das críticas que são realizadas às estruturas do trabalho doméstico remunerado. Alexandre Fraga (2016), nos traz em sua tese transformações que ocorreram no trabalho doméstico remunerado através dos incentivos de institutos internacionais, de um governo que se mostrou aberto para demandas políticas dessa categoria profissional, além das reconfigurações trabalhistas por meio das diaristas. De fato, não podemos pensar que o trabalho doméstico remunerado manteve-se estático ao longo dos anos, muito pelo contrário, tenho tentado demonstrar que muitos aspectos de mudanças foram se concretizando, principalmente pela iniciativa das trabalhadoras.

No entanto, no discurso das patroas ainda ressoa pressupostos servis, práticas discriminatórias, relações baseadas em negociações da vida cotidiana e não dos preceitos legislativos, nas representações e símbolos da casa organizada e limpa, no preparo dos alimentos, no banheiro bem lavado, na roupa bem passada e guardada, na sujeira que desaparece, no cheiro de limpeza que fica em cada cômodo dos quartos. Esses discursos apareceram declaradamente abertos em algumas das entrevistas, e em outras de uma forma camuflada. Assim, acredito que a resistência em assimilar novas práticas sobre o trabalho doméstico remunerado seja uma das formas de reconfiguração da cultura da domesticidade, que tenta preservar posições hierárquicas dentro das relações de poder e cuidado, mesmo inserida em contexto moderno.

A limpeza, por exemplo, se mostrou nas entrevistas como o ponto crucial para saber se uma trabalhadora doméstica remunerada é realmente boa ou não. É necessário enxergar a limpeza, sentir o cheiro de limpo, estar tudo no lugar, guardado, passado, feito no capricho, deixando os detalhes impecáveis, fazendo tudo da forma mais higiênica possível. E muitas vezes o foco da higiene está na trabalhadora doméstica remunerada, percebida como “porca”, “suja”, sem

noção de limpeza quando não está dentro dos padrões imaginados e construídos.

Pesquisadora: quais as principais falhas que você considera em uma trabalhadora doméstica?

Empregadora: Ai, falta de higiene né. Porque ter, já vi várias vezes, é, lavar pano de chão com pano de cozinha. Essas coisas, é, sabe? Logo no começo eu falava muito pra, porque quando a babá veio a babá era filha da empregada, então a empregada tinha, acho, que uns dois meses aqui na minha casa. Aí eu precisava de uma pessoa para cuidar do meu filho, que eu estava voltando a trabalhar e ela falou: eu tenho a minha filha. Então enfim veio a filha, e eu sempre falava para ela: “olha, o que é de banheiro é banheiro, o que é de cozinha é de cozinha, você nunca pode misturar uma coisa com a outra. Pano de cozinha é pano de cozinha, esponja que lava cozinha não pode ir no banheiro”. Então, eu sempre falava as coisas assim, sabe? Meio que marcava, olha: escova de banheiro, escova de cozinha para não misturar. Então isso também é uma coisa importante. Sabe, ela é bem, ela é limpinha também. Ah, porque funcionário fedido também não dá né. E gente que mistura, deixa pano de louça, pano de chão, lava calcinha com pano de prato? Também não dá. (entrevista 5, 2015).

As patroas entrevistadas não só gostam de ver a limpeza, sentir que a casa passou por uma transformação higiênica enquanto elas não estavam lá, como também precisam saber se essa limpeza foi feita da forma mais organizada, separada e higiênica possível. Além disso, elas querem ver os lugares não visíveis limpos, as gavetas que não são usadas, os armários que dificilmente são abertos, o cantinho atrás do sofá que só aparece se o sofá for mudado de lugar, até o teto precisa ficar livre da sujeira, absolutamente tudo precisa estar impecavelmente limpo, desinfetado e sem pó – mesmo que não seja usado, que não faça parte dos espaços ocupados cotidianamente e que sejam invisíveis. Nesse sentido, a compreensão sobre a limpeza e a forma como ela deve ser realizada preservam as características da cultura da domesticidade, é necessário limpar o que não existe, com produtos que cumprem com as exigências estabelecidas sobre o nível de higienização necessária e impõem separações e diferenciações através de atributos como sujo, impuro, contagioso (DOUGLAS, 1976).

No clássico livro de Corbin (1987) sobre odores e sabores e as transformações sociais e históricas em relação a estes, o autor expõe que no final do século XVIII, a construção do espaço privado foi de suma importância para idealizar o sujeito individualizado, o eu. O espaço privado e íntimo também passa a ser o

lugar de esconder ou reservar os odores íntimos, o ato de defecar e seus cheiros provenientes passam a ser delimitados longe da cozinha e da sala de receber as visitas, por exemplo. Mas "o fato de que os odores do eu tenham sido mais bem definidos, mais intensamente ressentidos, só fez estimular a repulsa contra os odores do outro", contra o "cheiro da multidão e suores nos lugares apertados do espaço público" (GOMES, 1988, p. 85). E aqui se tem início a etapa da insularização dos odores pessoais na qual estamos inseridos (GOMES, 1988, p. 262).

Além da limpeza, o ato de cozinhar é uma tarefa primordial para as patroas. Tanto no fato de se responsabilizar por fazer, comprar os alimentos e gerenciar o seu preparo, quanto na utilização da comida como meio de diferenciações entre essas mulheres. No entanto, como já mencionado anteriormente, separar comida, ou não chamar a trabalhadora para se sentar à mesa e comer as refeições junto com a família empregadora, ou ainda não oferecer o que ela mesma cozinhou não são práticas ditas modernas. Essas patroas não querem ser vistas como as mulheres que tratam mal, com desrespeito, que enxergam a trabalhadora como inferior, isso seria antigo, antiquado, escravocrata e elas não querem ser vinculadas à imagem de reprodução de desigualdades.

Assim, muitas vezes, as patroas me relataram que elas são boas, mas que a trabalhadora doméstica remunerada também tem que ter noção do que ela pode e não pode fazer, pode e não pode comer, onde pode e não pode estar. Se ela já sabe onde se posicionar, a patroa não precisa agenciar esses mecanismos velados de diferenciação. Dessa forma, essa relação continua sendo desigual, mas com uma narrativa que nada mais é como no passado, porque elas estão fazendo a sua parte e respeitando a vontade da trabalhadora.

Empregadora: assim, eu não sei assim, que, a funcionária, ela não almoça comigo porque ela não quer, sabe? Não é porque eu não tenho assim, eu não gosto que ela sente na mesa comigo. Eu chamo. Apesar que a nossa mesa é super pequena, não cabe ela. Mas às vezes, veio aniversário da minha filha, que eu tenho parente e recebo as pessoas, a gente faz um almoço, chama a empregada para sentar para almoçar. A gente nunca fez assim, distinção de coisas. E a empregada é uma pessoa que tem noção, sabe? Que nem assim, eu compro uma caixa de...vou falar, a minha filha gosta de uma fruta diferente, ela vê que são frutas diferentes e ela tem noção que é para a minha filha. Ela não vai lá comer a caixa de cereja. Eu compro banana, maçã, é, as outras frutas, ela

come as outras frutas. Ela não vai lá comer o que é da...ela percebe que foi comprado para a criança, sabe? Do mesmo jeito as outras coisas, então ela é uma pessoa que tem muita noção.(entrevista 4, 2015).

As cerejas são caras, são especiais, são frutas diferenciadas e por isso que somente as pessoas da família podem comer⁶. Muitas vezes essas práticas são justificadas através do discurso que em empresas, no mercado formal de trabalho, os funcionários também não comem juntamente com seus chefes, ou não comem a mesma refeição que seus superiores, assim essa lógica seria totalmente compreensível, já que os empregadores não teriam que compartilhar suas refeições com a trabalhadora contratada. Ao mesmo tempo, o discurso de que a casa não é uma empresa e que arcar com todos os direitos trabalhistas é demasiado para uma família é amplamente usado pelas patroas, mostrando as dificuldades em manter essa contratação de acordo com os parâmetros legais. Os discursos são acessados e manipulados para que a ordem hierárquica permaneça nas casas, usando os pressupostos do mercado formal de trabalho para que as diferenças sejam mantidas e trazendo à tona as dicotomias público/privado para os interesses das posicionalidades hierárquicas dos sujeitos.

[...] o meu coração foi ficando duro, ela tomava o meu Ades... ou de comida, ou de horário, ou de parar durante o dia o trabalho pra fazer um patê e tomar café, e hoje em dia eu não consigo engolir essas coisas porque eu fico achando já que vai montar em cima, fica aquela... criei distância, não adianta. (entrevista 10, 2015).

E quando a patroa "cria distância", se irrita, pensa que precisa "aguentar tudo isso" os direitos não são reconhecidos, são percebidos como desproporcionais, as trabalhadoras passam a não merecer esse amplo aparato estatal. Assim, pelas análises realizadas durante a pesquisa, a cultura da domesticidade está relacionada com o baixo número de contratações legais, uma vez que são moldadas formas de pensar a casa, sua organização, os cuidados, os afetos, as intimidades em uma complexa rede de relações de poder e subjetividades, que encaram frustrações, desejos não cumpridos, expectativas fracassadas, casa

⁶Esse tipo de diferenciação foi facilmente encontrado nas residências em que fiz a pesquisa e, inclusive, foi uma das cenas do filme "Que Horas Ela Volta?" – o sorvete importado era de Fabinho – mostrando que essa realidade pode ser uma constante nas casas onde há contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada.

mal arrumada, comida mal feita, uma limpeza feita por cima, trabalhadoras que “roubam”, “mentem”, “atrasam”, “faltam”, “quebram”, “comem”, etc.

Pesquisadora: o que você pensa sobre essa nova legislação para as trabalhadoras domésticas?

Entrevistada: Não, eu acho que tá certo, eu acho que elas tem né... só que eu acho que tem uma coisa que não dá certo, é... elas não estão tão bem informadas assim, quanto aos direitos e aos deveres delas, então na maioria das vezes elas acabam cobrando só os direitos, elas nunca, mas nem por sonho, elas vão ver os deveres, não vão olhar os deveres, então isso está tendo muito... muita, né... tem gente que está mandando embora, mandando embora, mandando embora, por causa da nova lei e isso é ridículo porque elas tem todo o direito como qualquer outro trabalhador... O que tem é que sentar e colocar tudo certinho, na verdade não foi nem uma coisa que afetou tanto financeiramente o patrão, mas assustou muito as pessoas, “ah porque agora ela tem direito à isso, direito àquilo”, a empregada, ela tem um monte de direitos, ela tem direito de ficar uma hora na hora do almoço sem fazer nada, mas ela não fica, por quê? Porque isso é um acordo... Que a gente tem, porque não funciona assim na verdade, isso não funciona no dia a dia, não funciona, prejudica o patrão e prejudica elas... entendeu, não funciona assim... eu acho isso, que, que... elas não estão preparadas entendeu? Eu acho que teria que ter, junto com essa legislação o governo devia dar lá um curso básico pra todas elas, pra ensinar o que elas têm direito, quais são os deveres entendeu, porque fica muito assim na superficialidade, daí qualquer coisinha elas vão e vão cobrar do patrão e acabam brigando, entrando em atrito, daí é onde que perde o emprego[...]. (entrevista 14, 2015)

Uma outra característica que foi demasiadamente apontada pelas patroas é a falta de conexão prática da nova legislação (PEC das Domésticas - Lei Complementar 150/2015) com as suas vidas cotidianas. A trabalhadora doméstica remunerada tem o direito de 1 hora de intervalo, que se destina à refeições e descanso se tiver uma jornada de mais de 6 horas de trabalho por dia. Essa hora 'sem fazer nada', como disse a entrevistada, é uma norma estabelecida pela medicina e pela segurança do trabalho, não podendo ser negociada ou renunciada pela própria trabalhadora. No entanto, nas práticas das casas que entrevistei, a hora do intervalo nunca foi respeitada por nenhuma das duas partes e nem ao menos eram computadas como horas extras, pois muitas justificavam que era justamente esse momento (hora do almoço) em que se mais precisava da trabalhadora doméstica remunerada.

Esse aspecto vem demonstrar a dificuldade de se pensar a vida cotidiana familiar em outros parâmetros, inserindo outras lógicas e práticas que forcem a participação da patroa e especialmente de sua família

frente às demandas domésticas. Assim, no trabalho de campo observamos que as representações e as posicionalidades da cultura da domesticidade não foram modificadas com a ampliação da leis trabalhistas, pois negociações são realizadas para arcar com as necessidades da família, sem que haja uma reflexão sobre as possibilidades de não contar com a trabalhadora durante um tempo determinado do dia. O que entra em jogo é um direito garantido, que preserva a saúde da trabalhadora e é negociado em função de uma ordem cotidiana tradicionalmente estabelecida, que retira um caráter mais profissionalizado e racional dessas contrações – características, paradoxalmente, tão desejadas no discurso das patroas.

Nesse sentido, os acordos entre patroas e trabalhadoras domésticas remuneradas acabam por trazer reconfigurações da cultura da domesticidade, não rompendo com uma jornada de trabalho excessiva, e nem com uma ideologia que permeia as práticas cotidianas referentes à organização do almoço, do tempo de filhos e filhas e com as posicionalidades de quem serve e de quem é servido.

Se as patroas pagam “caro” na contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada, seja economicamente ou emocionalmente, as trabalhadoras ainda continuam a receber as misérias das desigualdades de classe e étnico-raciais mantendo-se em um quadro marginalizado economicamente, sem seus direitos plenamente reconhecidos. A cultura da domesticidade antes de mais nada pauta os paramentos da não empatia, do não reconhecimento e de uma idealização da casa, do lar e da família, reproduzindo uma violenta realidade que angustia e causa infelicidade nas patroas e mantém uma precária relação trabalhista ainda vinculada aos pressupostos servis.

Ao percorrer um caminho empírico inspirada pela linha de que haveria uma cultura da domesticidade que permeava as relações no ambiente residencial, trazendo consequências, reproduções, reconfigurações e reiterações de um caráter conservador nas interações entre patroas e trabalhadoras domésticas remuneradas, tive acesso a um conteúdo complexo, de jogos de poderes, afetos, intimidades, desejos, expectativas e sentimentos que são caros aos debates feministas, às

análises econômicas, de classe social e aos insistentes mecanismos de práticas racistas na sociedade brasileira. Mas para além disso, a cultura da domesticidade revela uma faceta ordinária da vida cotidiana, cíclica, exaustiva, essencializada no feminino e que explora diariamente mulheres inseridas nessa relação, construindo símbolos e representações de vidas depressivas, entediantes, feias, infelizes e humilhantes – visão partilhada pelas patroas. A cultura da domesticidade demonstra claramente como a imagem dicotômica onde o lar é o espaço dos mais puros sentimentos de amor, carinho, aconchego, intimidade, companheirismo e segurança são irreais, ou parcialmente reais. A casa é também um lugar violento, de explorações, negociações, frustrações e subjetivações enquanto esposas, mães e donas de casa das mulheres nele inseridas. Dessa forma, as patroas seguem tentando encontrar a trabalhadora perfeita, que cubra seus desejos de liberdade, suas idealizações referentes ao lar e que sejam o contraponto posicional de seus exercícios de poder.

Referências

- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2009. 321p.
- BERNADINO COSTA, Joaze. Desigualdade Social Estável. In.: *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 251-255.
- CANO, Ignacio; COVRE-SUSSAI, Maria. A Divisão por Gênero das Tarefas Domésticas no Rio de Janeiro: Atitudes e Práticas. In.: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andréa. *Entre a Casa e o Trabalho: Gênero e Família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017. p.131-162.
- CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 150
- COSTA, Claudia Lima. O Sujeito do Feminismo: Revisando os Debates. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.19, 2002, p.59-90
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- FESLKI, Rita. *Doing Time: Feminist Theory and Postmodern Culture*. New York: New York University Press, 2000. 214p.
- FRAGA, Alexandre Barbosa. *O Serviço Doméstico Sob os Holofotes Públicos: Alterações e Articulações entre Trabalho Produtivo e Reprodutivo no Brasil (Estado, Mercado e Família)*. 2016. 216p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- GOMES, Plínio José Freire. Saberes e Odores. *Revista de História*, Brasil, n. 119, p. 259-262, dec. 1988. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64281/66967>>.
- GRAHAM, Sandra Laudelarde. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. 237p.
- GUIMARÃES, Cleo. Polêmica: As Empregadas Perderam a Noção do Limite. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de mar. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/blog_gente_boa/posts/2015/03/12/polemica-as-empregadas-perderam-nocao-de-limite-diz-consultora-562708.asp. Acesso em: 12/01/2016.
- KOFES, Sueli. *Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na Relação entre Patroas e Empregadas Domésticas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. 469 p.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In.: SVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3:*

Républica: Da Belle Époque à Era do Rádio. 2006.
p.131-214.

RAY, Raka; QAYUM, Seemin. *Cultures of Servitude: Modernity, Domesticity, and Class in India*. Stanford University Press: Stanford, 2009. 255p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 147p.

SVCENKO, Nicolau. Introdução: O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In.:SVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3: República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. 2006. p.7-48.

RONCADOR, Sonia. *A Doméstica Imaginária: leitura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora UNB, 2008. 256p.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre Sobrados: Contratos de Trabalho Doméstico em São Paulo na Derrocada da Escravidão*. 2011.196 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WISSENBACH, Cristina Cortez. *Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade possível*. In.:SVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3: República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. 2006. p.49-130.